

ÍNDICE

I – PROBLEMAS GERAIS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	7
1. GOVERNAÇÃO GLOBAL E DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	9
2. CLÁUSULAS GERAIS E DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: O CASO PARTICULAR DAS CLÁUSULAS DE EXCEÇÃO	37
3. A ORDEM PÚBLICA INTERNACIONAL NO DIREITO LUSO-BRASILEIRO	51
II – A COMPETÊNCIA INTERNACIONAL E O RECONHECIMENTO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS NO ESPAÇO EUROPEU	77
4. EN EL DÉCIMO ANIVERSARIO DEL REGLAMENTO DE BRUSELAS I BIS: ALGUNAS CUESTIONES PROBLEMÁTICAS	79
5. THE ROLE OF THE BRUSSELS I-BIS REGULATION IN EUROPEAN PRIVATE INTERNATIONAL LAW AND THE CHALLENGES FACING IT	95
6. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA DE TITULARIDADE DE DIREITOS INTELECTUAIS	109
7. A FAMÍLIA ATRAVÉS DAS FRONTEIRAS: RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS EM MATÉRIA MATRIMONIAL, DE RESPONSABILIDADE PARENTAL E DE RAPTO DE CRIANÇAS	123
III – A UNIFICAÇÃO INTERNACIONAL DO DIREITO PRIVADO E OS CONFLITOS DE LEIS NO ESPAÇO	141
8. O DIREITO DOS CONTRATOS NA CISG: <i>CIVIL LAW, COMMON LAW</i> OU TERCEIRA VIA?	143
9. FORMA DOS CONTRATOS E CONFLITOS DE LEIS	161
10. FAMILIE UND DAS RECHT DER UNERLAUBTEN HANDLUNGEN AUS DER SICHT DES INTERNATIONALEN PRIVATRECHTS	171

IV – A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E A SUA REGULAÇÃO INTERNACIONAL	189
11. APLICAÇÃO EXTRATERRITORIAL DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET?	191
12. PROBLEMÁTICA INTERNACIONAL DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: SUAS INCIDÊNCIAS NA COMPETÊNCIA JUDICIÁRIA	205
13. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ILÍCITOS COMUNICACIONAIS TRANSFRONTEIRAS: DESENVOLVIMENTOS RECENTES	219
14. PROPRIEDADE INTELECTUAL, CONFLITOS DE LEIS E PRINCÍPIO DA COERÊNCIA	239
V – A ARBITRAGEM E A COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL NA RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS INTERNACIONAIS	255
15. A ARBITRAGEM EM PORTUGAL UMA DÉCADA APÓS A NOVA LAV: ALGUMAS REFLEXÕES	257
16. A SENTENÇA ARBITRAL	285
17. REQUIREMENTS FOR THE ENFORCEABILITY OF ARBITRAL AWARDS: A COMPARATIVE OVERVIEW	303
18. EL ARBITRAJE EN LAS RELACIONES LUSO-ESPAÑOLAS: LA JURISPRUDENCIA PORTUGUESA RECIENTE	321
19. ARBITRAGEM, COMPETÊNCIA JUDICIÁRIA E RECONHECIMENTO DE SENTENÇAS: REFLEXÕES À LUZ DO REGULAMENTO DE BRUXELAS I-BIS	339
20. A ARBITRAGEM DE INVESTIMENTOS NA INTERSECÇÃO DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA, DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	357
21. SANÇÕES ECONÓMICAS E ARBITRAGEM INTERNACIONAL	399
22. DA COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL NA RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS	417